

Brasil e Ásia: Padrões de Desenvolvimento e Crise

João Felipe Cury Marinho Mathias

Resumo

Este trabalho busca apresentar uma comparação dos padrões de desenvolvimento do Brasil e da Ásia, desde sua gestação até às recentes crises cambiais e financeiras. Busca-se enfatizar que as transformações na economia capitalista nas últimas décadas são importantes para explicar a emergência de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil, assim como a regionalização das economias asiáticas. O trabalho apresenta, ainda, as recentes crises cambiais e financeiras pelas quais o Brasil e a Ásia passaram e que podem ser explicadas por este conjunto de mudanças. Por fim, são sugeridas algumas perspectivas para o desenvolvimento destas economias no período pós-crise.

Introdução

Nos últimos anos a economia mundial tem sofrido profundas alterações que geraram tanto oportunidades quanto obstáculos às políticas econômicas nacionais. Alguns exemplos importantes destas mudanças são as recentes políticas de estabilização bem sucedidas na América Latina, acompanhadas, ao mesmo tempo, por recorrentes crises cambiais e financeiras. Foi concebida, uma *nova ordem* internacional, *globalizada*, na qual muitas características do padrão de desenvolvimento que levou a algumas economias até então chamadas de periféricas (e renomeadas emergentes) a alcançarem a industrialização foram deixadas para trás. Este conjunto de mudanças, somado, é claro, às características peculiares de suas economias, afetaram os *países modelo* no processo de industrialização periférica: o Brasil e os países do leste asiático.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma comparação entre os padrões de desenvolvimento brasileiro e asiático nas últimas décadas, destacando suas proximidades e diferenças, assim como as transformações ocorridas nas últimas duas décadas levaram a diferenças acentuadas na inserção externa destas economias. A proposta é apresentar a trajetória de acentuado crescimento destas economias desde os anos 50 até as recentes crises cambiais e financeiras. A idéia chave que perpassa todo o trabalho diz respeito aos condicionantes externos como sendo fatores fundamentais no processo de industrialização e desenvolvimento periférico.

O trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira seção contempla uma breve revisão do padrão de desenvolvimento brasileiro que vigorou entre 1930 e 1980, destacando seus resultados, sua crise e a gênese de uma nova inserção externa nos anos 90, baseada nos princípios do *Consenso de Washington*. Culmina com a apresentação da crise cambial de 1999. A seção dois discorre sobre as principais características do padrão de desenvolvimento asiático, apresentando seus resultados e a mudança ocorrida nos anos 80, cuja consequência principal foi a adesão dos ASEAN-4 e a formação de uma economia regional. A seção é concluída com a crise cambial e financeira asiática. Por fim, são apresentadas as notas conclusivas que trazem as perspectivas de desenvolvimento do Brasil e da Ásia no cenário pós-crise.

1) O padrão de desenvolvimento brasileiro

Sem dúvida, o período de maior e continuado crescimento da economia brasileira compreende os cinquenta anos que vão de 1930 a 1980. É neste período que vigora o padrão de desenvolvimento baseado na substituição das importações, tanto no Brasil, como em muitos países latino-americanos.

Os dados são incontestáveis. Este padrão de desenvolvimento levou o Brasil a, no final dos anos 70, montar um parque industrial diversificado, completando a sua indústria nos moldes da segunda revolução industrial. Diante deste sucesso, à primeira vista, pode-se questionar como surgiu um padrão de desenvolvimento tão bem sucedido em relação à industrialização. O surpreendente é a evidência de que foi uma imposição dos fatos que levou ao modelo de substituição, a saber: a escassez crônica de divisas.

Prebisch (1964) descreve muito bem esta questão. Antes da *Crise de 29*, diz o autor, era típico o desenvolvimento *para fora* dos países latino-americanos quando as economias eram impulsionadas pelas exportações. Segundo com o autor, a grande depressão mundial marcou o fim desta forma de desenvolvimento e as disparidades tornaram-se mais sérias e persistentes, com graves efeitos nas intercâmbio internacional e a sua relação de preços. Desde então, diz Prebisch (1964: 86), iniciou-se o desenvolvimento *para dentro*: “Ante a possibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de o acelerar, impõe-se então a substituição de importações – principalmente das industriais – para contrabalançar

essas disparidades, e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino-americanos”. Assim, a *Crise de 29* constituiu uma ruptura no padrão de acumulação anterior primário-exportador.

O período de 1930-50 pode ser visto como uma resposta à *Crise de 1929*, uma vez que, diante do colapso do comércio internacional e dos preços das *commodities*, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, passaram a condição insolventes. Assim, segundo Medeiros & Serrano (1999: 131), corroborando Prebisch (1964): “O protecionismo, a autarquia e a substituição de importações foram uma resposta natural e praticamente inevitável a essas mudanças, que se configuram numa brutal redução na “capacidade de importar” da periferia e numa situação de escassez de divisas permanente (agora uma escassez de dólares e não de libras)”.

Estes autores lembram que as possibilidades de se manter um padrão de crescimento a longo prazo baseado nesse processo natural ou espontâneo são limitadas, pois, à medida que o processo avança, e com ele a industrialização e as necessidades de importação de bens de capital e insumos, tornam-se cada vez mais difíceis ulteriores reduções no coeficiente de importação.

Usando outra nomenclatura e tendo como escopo a América Latina, Prebisch (1964) chama atenção para o fim da *etapa fácil* da política substitutiva. Segundo o autor, não houve grande dificuldade em substituir importações industriais de consumo corrente e de alguns bens duráveis de consumo e capital, e pouco restava para substituir nesse campo, na maior parte da América Latina. O problema, aponta Prebisch, reside no fato de que estava-se entrando e avançando na substituição de bens intermediários, ou bens duráveis de consumo ou capital que, além de serem de fabricação complexa, requerem um mercado de dimensões muito superiores aos dos nacionais.

Não resta dúvida que o Brasil não limitou-se à substituição espontânea de importações. A industrialização passou a ser, a partir dos anos 50, uma estratégia deliberada do Estado, que objetivava primariamente o crescimento do mercado interno. O *Plano do Metas*, na segunda metade da década de 50, é a grande alavanca da industrialização brasileira e foi uma estratégia deliberada do governo.

O último período que contemplou a substituição de importações remonta a 1974, com a instauração do II PND. Deve-se ressaltar que os fatos externos amplificados pela crise do petróleo em 1973, deram grande impulso ao II PND que além da transformação da estrutura produtiva, objetivava a auto-suficiência em

termos energéticos. O estilo de crescimento até ali puxado pelos duráveis de consumo sofreu alteração, já que a idéia foi privilegiar as indústrias de base e de bens de capital, reforçando o capital nacional, e as de bens intermediários. Os objetivos do II PND são destacados por Castro & Souza (1985: 37): “(...) percebe-se que o bloco de investimentos anunciado pelo II PND, destinado a substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação, teria em princípio por efeito: sustentar a conjuntura impedindo uma descontinuidade de conseqüências imprevisíveis; assegurar o espaço necessário à absorção do surto anterior de investimentos; e, claro, modificar, a longo prazo, a estrutura produtiva”.

A idéia por trás do II PND era, portanto, a transformação da estrutura produtiva. Nos anos 70 o financiamento externo era abundante, o que foi fundamental para se completar a industrialização. O recurso ao endividamento externo foi amplamente utilizado, o que levou, posteriormente, a sérios problemas de balanço de pagamentos e a crises. Apesar disto, o resultado da industrialização brasileira foi incomparável, em termos de América Latina. Diz Cano (1999: 294): “(...) o Brasil foi o país que melhor utilizou as chances desse momento, ao fim do qual mostrava a indústria mais integrada da América Latina”. Todavia, o que se viu a partir dos anos 80 foi uma total inflexão do processo de industrialização brasileiro e a crise do até então padrão de industrialização baseado na substituição de importações.

2.1) *Os resultados do padrão de desenvolvimento e a sua crise*

Os resultados do padrão de desenvolvimento foram bastante positivos e estão explicitados na tabela 1. Em primeiro lugar a tabela destaca um período de três décadas de alto crescimento (7% ao ano), englobando desde o segundo governo Vargas ao final do governo Geisel. O crescimento do PIB *per capita* foi considerável, na ordem de 4% ao ano. Em conseqüência dos altos investimentos ocorridos no período, a taxa de acumulação de capital foi de quase 10% ao ano, um número bastante alto em relação aos padrões internacionais. Por fim, ocorreu um aumento da produtividade do trabalho.

Tabela 1 – Resultados do padrão de desenvolvimento brasileiro (1950-80)			
Taxa de crescimento (%)	Período base (1950-80)	Período de crise (1980-92)	Período pós-crise (1992-98)
PIB	7,0	1,3	1,8
PIB per capita	4,1	-0,7	0,1
Acumulação de capital	9,8	2,7	2,6

Produtividade do trabalho*	3,9	1,4	0,6
-----------------------------------	-----	-----	-----

FONTE: adaptado de Hofman (1999).

Assim, ao final da década de 70, o Brasil conseguira galgar um *status* de economia industrializada dentro dos padrões da segunda revolução industrial. Sem dúvida que ocorreram efeitos negativos também, dentre os quais os mais importantes foram o aumento da concentração de renda e do endividamento externo.

O início dos anos 80 marca o fim de um ciclo de crescimento da economia brasileira que vinha desde meados dos anos 50. O fator determinante para o fim do período de crescimento que a economia vinha experimentando há anos foi a abrupta mudança do contexto financeiro internacional provocada pelo choque Volker dos juros em 1979 e intensificada com o segundo choque do petróleo no mesmo ano. Uma situação parecida com a dos anos 30 passou a vigorar a partir de então: a restrição externa. Esta restrição, combinada com fim das velhas fontes de dinamismo interno da economia e a erosão das bases financeiras do Estado, são os fatores fundamentais para responder a crise do modelo de desenvolvimento.

Os resultados da crise são contundentes, quando compara-se ao período anterior (veja tabela 1). A taxa de crescimento do PIB caiu para medíocres 1,3% ao ano no período de 1980 a 92, o PIB *per capita* teve um resultado ainda mais desastroso, caindo 0,7% ao ano e a taxa de acumulação de capital despencou para 2,7% ao ano.

Assim, diante de todos estes problemas, o Estado nacional desenvolvimentista foi, ao longo da década de 80, perdendo sua eficácia e seu poder de árbitro dos interesses públicos e privados, fato fundamental para a crise do padrão de desenvolvimento que levou o país a um prolongado período de crescimento e industrialização, e também para o ingresso a uma era em que as políticas são orientadas pelo *Consenso de Washington*.

2.2) *Anos 90: Consenso de Washington*

O governo Collor, iniciado em 1990, representou o fim do padrão de desenvolvimento anterior, já agonizante na década de 80. A economia brasileira depois de décadas “fechada” ao resto de mundo, foi aberta de forma rápida e, de certa forma, sem critério. O Brasil incorporou as propostas do *Consenso de Washington*. Isto representou, de um lado, uma grande mudança em termos de desenvolvimento, que, até então, era voltado *para dentro*. Ao mesmo tempo, houve um fenômeno

fundamental para a economia brasileira nos anos 90: a volta dos capitais externos à América Latina.

No entanto, vale frisar que estes capitais não voltariam “de graça”. A condição para a recepção destes capitais era, de acordo com Cano (1999: 300), “arrumar o quintal”, dentro dos moldes do *Consenso de Washington*, de forma a: i) concluir as renegociações de dívidas, para equacionar melhor a situação dos credores; ii) debelar a inflação crônica, para dar melhor estabilidade e menor risco ao capital estrangeiro; e iii) introduzir as reformas liberalizantes, principalmente abrir os mercados de bens, serviços e capitais e flexibilizar as relações trabalho/capital.

Assim, de uma situação de ausência de financiamento externo nos anos 80 apontada pelos autores acima, passou-se para uma situação de abundância de recursos externos nos anos 90. Gonçalves (1996) enfatiza o fato de que houve um excesso de liquidez no início dos anos 90, que foi determinante para o aumento da captação de recursos externos.

Na verdade não se pode dizer que foi construído um padrão de desenvolvimento brasileiro nos anos 90. O que ocorreu, de fato, foram políticas de estabilização. As principais características do modelo, construído nos anos 90 amoldado pelo *Consenso de Washington*, são: i) juros reais elevados, como forma de induzir investimentos; ii) controle da expansão dos meios de pagamento e do crédito; iii) câmbio valorizado; e iv) orçamento fiscal.

O efeito conjugado dessas medidas atingiu seus objetivos: juros elevados atraíram o capital externo e o câmbio valorizado estimulou fortemente as importações, ancorando os preços internos. O problema da inflação foi, então, resolvido não só no Brasil, mas em *toda* a América Latina.

No entanto, essa opção de estabilização, baseada na manutenção da taxa de câmbio significativamente valorizada teve como consequência o aumento estrutural das importações, na medida que o sistema industrial passou a funcionar com crescente substituição de insumos, partes e componentes, antes produzidos domesticamente, por similares importados, barateados devido ao câmbio.

Um ponto importante ressaltado por Cano (1999) diz respeito à diferença quanto às tomadas de decisão em relação ao ingresso dos investimentos externos no modelo em vigor quando comparado ao período da substituição de importações. Antes, diz o professor, os projetos eram analisados sob o ponto de vista de seus efeitos cumulativos positivos (diretos e indiretos) em vários setores da economia,

como emprego, balanço de pagamentos, uso de insumos e equipamentos nacionais, geração de empregos, etc. No modelo atual o que se vê como resultado das inversões é a ausência de efeitos positivos e inclusive a geração de efeitos negativos: importam muito mais insumos e bens de capital que antes, desestruturando cadeias de produção nacional.

Infelizmente, o governo tem apostado num *automatismo* do mercado que tem levado a uma completa ausência de política industrial, e muito menos uma política de capacitação tecnológica. Mendonça de Barros & Goldenstein (1997: 79, grifo meu), representado a ‘aposta’ do governo afirmam: “De um modo geral, uns mais rapidamente, outros mais lentamente, diferentes setores da economia vão se reestruturando e *encontrando caminhos de longo prazo*”.

Em outras palavras, a abertura da economia brasileira e a sua exposição à concorrência internacional levará irremediavelmente a uma reestruturação produtiva, e as empresas competitivas sobreviverão e “encontrarão caminhos de longo prazo”. Os dados apresentados por Coutinho (1997) apontam que esta política está levando o Brasil a voltar ao que ele era bom antes dos anos 30: uma economia primário-exportadora. Vem ocorrendo uma desindustrialização de setores e segmentos, assim como uma rápida desnacionalização da indústria. Conclui o autor (p. 105): “(...) poder-se-ia precisamente classificar o período pós-estabilização como uma etapa de especialização regressiva do ponto de vista industrial”.

A consequência de tal modelo foi o crescimento pífio (1,8% ao ano) no período de 1992-98, assim como a baixa taxa de acumulação de capital (veja a tabela 1). Convém lembrar que a drástica redução do investimento público diminuiu os efeitos estimuladores do investimento privado. Cano (1999: 316) resume bem o quadro do avanço industrial após os anos 90: “O “avanço” atual é fruto do ajuste passivo, das decisões das Ets (empresas transnacionais) e do delírio consumista”.

O professor Cano conclui que o modelo adotado (na América Latina e no Brasil) permite o crescimento até o ponto em que suas possibilidades agüentem, sejam as internas (inflação, crise fiscal, crise política) ou as externas, através de ataques especulativos, preços de *commodities*, e dificuldades de financiamento externo.

2.3) A crise brasileira

Na seção anterior foi vislumbrado um quadro de fragilização (tanto em termos industriais, quanto em termos da inserção externa) da economia brasileira, que apontava para uma situação de insustentabilidade. Os autores citados já visualizavam uma crise, que, de fato, ocorreu em janeiro de 1999. E a crise se deu por conta da insustentabilidade do regime cambial adotado em 1994. De início, pode-se perguntar por que o regime cambial anterior, adotado em 1994 quando da implementação do *Plano Real*, foi abandonado. Pastore & Pinotti (1999) enfatizam que o regime econômico anterior tinha três defeitos: o viés contra o crescimento, o aumento não-sustentável da dívida pública e a vulnerabilidade aos ataques especulativos. Lembram que havia uma inconsistência naquele modelo, uma vez que as taxas reais de juros mais elevadas (o que observou-se após os choques externos da Ásia e Rússia – veja a tabela 2) do que as taxas de crescimento econômico geravam um crescimento explosivo da dívida pública; e a defesa contra os ataques especulativos com a finalidade de preservar o regime cambial era a elevação dos juros, o que agravava o desequilíbrio fiscal. Concluem que a cada novo ataque especulativo o aumento dos juros agravava o crescimento descontrolado da dívida pública, e a confiança na manutenção do regime cambial era solapada.

A primeira consequência desses juros reais foi o crescimento não-sustentado da dívida pública, e a elevação do déficit público. A combinação de juros reais significativamente mais elevados do que a taxa de crescimento econômico, com a ausência de limites para elevar os superávits primários, fazia antever que mais cedo ou mais tarde o governo lançaria mão do imposto inflacionário, o que removia a confiança na manutenção de inflações baixas, e, consequentemente na manutenção do regime cambial. A cada novo ataque especulativo, e a cada elevação adicional da taxa de juros, crescia a probabilidade de desvalorização da taxa cambial, o que limitava ainda mais a capacidade de baixar as taxas de juros (Pastore & Pinotti, 1999: 177).

**Tabela 2 –
Taxa de
Juros**

	<i>1997</i>	<i>Nominal</i>	<i>Real*</i>	<i>1998</i>	<i>Nominal</i>	<i>Real*</i>
Jan/97		1,73	1,72	Jan/98	2,57	2,53
Fev/97		1,67	1,66	Fev/98	2,34	2,32
Mar/97		1,64	1,63	Mar/98	2,22	2,21
Abr/97		1,66	1,65	Abr/98	2,06	2,04
Mai/97		1,58	1,58	Mai/98	2,01	1,98
Jun/97		1,61	1,60	Jun/98	1,97	1,94
Jul/97		1,60	1,60	Jul/98	1,92	1,90
Ago/97		1,59	1,59	Ago/98	1,97	1,96
Set/97		1,59	1,59	Set/98	1,90	1,90

Out/97	1,67	1,67	Out/98	1,86	1,85
Nov/97	3,04	3,04	Nov/98	1,80	1,79
Dez/97	2,97	2,95	Dez/98	1,80	1,79
Jan-Dez**	24,59	24,67	Jan-Dez**	27,34	27,12

FONTE:
Boletim de
Conjuntura,
dezembro de
1999.
* deflator:
INPC/IBGE
** taxas
anualizadas

Em termos de números, a tabela 3 mostra que a razão dívida líquida/PIB – um importante fundamento da economia – aumentou muito, de 33,8% do PIB para 42,6% do PIB. Como já foi dito, as taxas de juros levaram a este aumento. Outro indicador importante é a razão déficit nominal/PIB, que já vinha mantendo-se em níveis altos desde 1995, mas aumentou consideravelmente em 1998 para 8% do PIB.

**Tabela 3 – Indicadores
Macroeconômicos Recentes
da Economia Brasileira**

<i>Indicadores</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>
Inflação (IGP)	14,8	9,2	7,1	1,7
Tx. Cresc. PIB	4,2	2,8	3,7	0,2
Var. Cambial/IGP	0,2	-2,2	-0,1	5,9
Saldo Prim. Global/PIB	0,4	-0,1	-0,9	0
Déficit Nominal/PIB	7,1	5,9	6,1	8,0
Razão DL/PIB	30,5	33,3	33,8	42,6

FONTE: Velloso (1999).

Além variação das taxas de juros, outra forma de ‘enxergar’ como o estado adverso das expectativas têm conseqüências sobre a economia brasileira é através da variação das reservas internacionais. Nos dois primeiros meses de 1998, ainda sob a influência de mais uma onda da crise asiática em novembro, o país perdeu reservas, começando a recuperar-se em março. De março a agosto de 1998 os ingressos de capitais eram positivos, mantendo níveis razoáveis de reservas. O fato agravante foi devido à crise russa, que teve impactos muito negativos para a economia brasileira. A partir de setembro o país começou a perder vultosos níveis de reservas, o que culminou, em janeiro de 1999, na mudança da política cambial por parte do governo.

Sobre a deterioração do quadro econômico brasileiro desde meados de 1998, diz Gonçalves (1999: 61): “(...) os principais indicadores macroeconômicos do país foram, ao longo do segundo semestre de 1998, atingindo níveis críticos, segundo quaisquer parâmetros nacionais e internacionais. O déficit o balanço de pagamentos

aproximava-se de 4,5% do PIB e atingiu a cifra de US\$ 35 bilhões. As contas públicas deterioravam-se aceleradamente, com o déficit público ultrapassando 8% do PIB. As taxas de juros do Brasil estavam entre as maiores do mundo, ao mesmo tempo em que havia um consenso de que o Real estava sobrevalorizado”.

A combinação de uma política inconsistente de taxas de juros reais muito altas, como apontado por Pastore & Pinotti (1999) que levou ao crescente aumento da dívida pública, com a queda de reservas ocorridas após os choques externos (Ásia e principalmente Rússia), provocou a tentativa de ampliação da banda cambial, frustrada pelo ataque especulativo ocorrido dias depois. Com isso, abandonou-se as bandas cambiais em favor de taxas de câmbio flutuantes.

1) O padrão de desenvolvimento asiático

Sobre o padrão de desenvolvimento do leste asiático o debate bifurca entre aqueles que enxergam uma estratégia *market friendly* (World Bank, 1993), contraposta a outra visão, alternativa, que advoga uma marcante presença do Estado e de práticas protecionistas (Amsden, 1989; Wade, 1990; Singh, 1995).

Não é objetivo deste trabalho relembrar este debate. Segue-se, então, algumas características observadas no padrão de desenvolvimento asiático e defendidas pela visão alternativa, incorporadas neste trabalho. Aqui vale fazer uma qualificação. O período referido, de 1960 a meados de 1980 refere-se ao desenvolvimento dos tigres asiáticos (*NIC's*): Coreia e Taiwan, primeiramente, e posteriormente, Hong Kong e Singapura. Os países da ASEAN-4 merecerão atenção adiante.

Um primeiro ponto a ser ressaltado a respeito do padrão de industrialização asiático é a sua orientação exportadora, isto é, *voltada para fora*, diferentemente do padrão brasileiro. Tal orientação deve-se a duas características comuns aos países do leste asiático: de um lado, o tamanho do mercado interno era pequeno e insuficiente; de outro lado, tais países não tinham capacidade primário-exportadora que conseguisse auferir divisas. A solução deste problema vinha, então, através da exportação de manufaturas de modo a dar sustentação cambial ao processo de desenvolvimento industrial, como já destacado, intensivo em importações de bens de capital e outros produtos ainda não produzidos internamente.

Dentre as muitas características do padrão de industrialização asiático

apontadas pela visão alternativa, destacam-se: controles de importação, controle sobre os mercados de câmbio, provisão de crédito subsidiado, taxas de juros negativas, controles sobre o investimento multinacional, pesados subsídios às exportações, política tecnológica ativa por parte do Estado, promoções de conglomerados, etc.

Deve-se sublinhar a importância do planejamento estatal e da sequência de objetivos claramente definidos no processo de industrialização asiática. Coutinho (1999) lembra que coube ao Estado estruturar e alocar meios de crédito e de capitalização com taxas de juros baixas e prazos relativamente longos.

Uma diferença marcante da industrialização asiática em relação à brasileira é a presença de grandes grupos, principalmente na Coreia. Aliás, deve-se ressaltar que configurou-se uma forte articulação entre Estado e capital privado nacional. Tal articulação é tão importante que destaca Wade (1990: 26): *“This picture of a centralized state interacting with the private sector from a position of preeminence so as to secure development objectives has been called the “developmental state” theory of East Asian industrial success”*.

Convém sublinhar, ainda, a importância da política industrial na industrialização asiática e como ela objetivava atingir o resto do mundo. Segundo Singh (1995: 13): *“(...) in Japan the myriad of government policies affecting industry are coordinated and viewed as a coherent whole, and the government has a strategic view of the country’s industrial development in relation to the world economy. In this sense, the Republic of Korea and other East Asian countries also have an industrial policy”*.

Diferentemente do Brasil, nos anos 80 e 90 o Estado continuou determinando os rumos e as prioridades de desenvolvimento na Ásia, embora delegasse um espaço bem maior para que o setor privado tomasse iniciativas, porém dentro das diretrizes oficiais. Ao mesmo tempo, como será destacado a seguir, a parceria com o Japão foi fundamental na tentativa de avançar industrial e tecnologicamente na direção do novo paradigma industrial e tecnológico. Essa tentativa não poderia ser concretizada sem que o Estado tivesse mantido o seu papel diretor e coordenador do processo de decisões privadas, fixando prioridades e manejando o conjunto de instrumentos e incentivos na direção pretendida (Coutinho, 1999: 367).

Esta presença do Estado foi possível pelo fato dos países asiáticos não terem enfrentado a ruptura do financiamento externo que os países latino-americanos sofreram nos anos 80. Para os países latino-americanos os anos 80 foram marcados

pela escassez de financiamento externo, instabilidade macroeconômica e desinvestimento. Além disto, em meados da década de 80, um fator macroeconômico levou a uma série de repercussões para as economias do leste asiático. Este, somado à continuidade do financiamento externo possibilitou o desenvolvimento asiático nos anos 80.

2.1) Alguns resultados e a novidade dos anos 80: os ASEAN-4

Como pode se visto na tabela 5, assim como o Brasil, o leste asiático atravessou décadas de crescimento acentuado. No período que vai de 1960 até 1987 o crescimento asiático (*NIC's*) foi da ordem de 6,8% ao ano. No mesmo período as taxas de acumulação de capital foram superiores a 10% ao ano e o crescimento da produtividade do trabalho da ordem de 2% ao ano.

Interessante notar, ao comparar com a tabela 1, a semelhança dos resultados do padrão de desenvolvimento brasileiro e asiático, ainda que em muitos aspectos, tiveram características diferentes. Como já dito o primeiro tinha uma estratégia voltada *para dentro* enquanto os asiáticos estavam interessados em voltar-se *para fora*.

Tabela 4 - Resultados do padrão de desenvolvimento do leste asiático			
<i>Períodos</i>	<i>1960-73</i>	<i>1973-87</i>	<i>1960-87</i>
PIB	7,5	6,5	6,8
Acumulação de capital	9,8	10,7	10,2
Produtividade do trabalho	2,6	1,3	1,9

FONTE: Singh (1995).

Em meados dos anos 80 há uma novidade no desenvolvimento asiático, movida, em grande medida, por mudanças macroeconômicas que afetaram a economia japonesa, decorrentes do *Acordo do Plaza* e a conseqüente valorização do iene. Este acordo levou a uma valorização do iene, que impulsionou uma contra-ofensiva por parte do Japão, deslocando este o seu capital industrial e produtivo para diversos países asiáticos com diferentes graus de industrialização. Tal deslocamento ampliou e redefiniu a divisão regional de trabalho, a partir de investimentos que combinaram substituição de importações e promoção de exportações. Em síntese, os países asiáticos tiveram uma característica de dupla inserção externa: a de exportadoras de manufaturas baratas para as economias da OCDE e a de mercado para as exportações japonesas de bens de capital.

Com efeito, além de não ter participado do ônus da crise da dívida, isto é, a ruptura do financiamento externo, os países asiáticos, ao formarem a parceria com o Japão, puderam viabilizar a tentativa de avançar industrial e tecnologicamente, principalmente na direção da microeletrônica. A tabela 5 evidencia, em números, a expressividade do crescimento asiático nos anos 90. A tabela comprova o sucesso da parceria dos países da leste asiático com o Japão e a conseqüente formação de uma economia regional. Tanto os *NIC's* quanto os ASEAN-4, cresceram no período de 1990 a 95 a taxas em torno de 7% ao ano. Todavia, este quadro mudou a partir de meados dos anos 90.

**Tabela 5 -
Crescimento
do PIB asiático
nos anos 90**

	1990-95	1996	1997	1998*
Região/País				
Ásia	6,4	7,1	5,8	1,6
<i>NIC's</i>	6,9	6,3	6,0	-1,8
Hong Kong	5,5	4,5	5,3	-5,1
Coréia	7,4	7,1	5,5	-5,5
Singapura	8,5	6,9	7,8	1,5
Taiwan	6,4	5,7	6,8	4,8
<i>ASEAN-4</i>	7,0	6,9	3,7	-9,0
Indonésia	7,1	7,8	4,9	-13,7
Malásia	8,7	8,6	7,7	-6,2
Filipinas	2,2	5,8	5,2	-0,5
Tailândia	8,3	5,5	-0,4	-8,0

Fonte: UNCTAD
(1999).

* estimativa.

2.2) A crise da 2ª metade dos anos 90

Apesar de todo o quadro positivo montado, em meados da década de 90 a economia regional formada no leste asiático passou a apresentar sérios problemas. A começar pela rigidez do regime cambial, fato destacado por alguns autores. Outro ponto importante foi a continuada estagnação da economia japonesa, que afetava diretamente a dinâmica da economia regional. Soma-se a isto os ciclos de ativos que acompanharam o *boom* do crescimento, o que gerou sérias repercussões financeiras.

Os problemas da economia regional foram expostos quando ocorreu a crise financeira em 1997. Miranda (1998) e Medeiros (1998) fazem uma ligação entre a crise da economia regional com a crise asiática.

Miranda (1998), por exemplo, enfatiza dois períodos como sendo

importantes na explicação da progressiva fragilidade financeira das economias asiáticas. E os dois têm a ver como o Japão e sua moeda: em 1985, o primeiro *endaka* (129 ienes por dólar) e em 1995 o segundo *endaka* (85 ienes por dólar). Têm a ver pelo fato de que o conjunto de países envolvidos na economia regional asiática têm suas estruturas de passivos tanto denominadas em iene como em dólar. Têm a ver, portanto, com o regime cambial adotado.

A idéia destacada por Miranda é que ao ciclo regional de negócios superpôs-se um ciclo de ativos (ações e imobiliários) financiados por capitais externos em parte significativa de curto prazo. Vale lembrar que os ciclos de negócios implicavam crescentes déficits em transações correntes.

Um outro ponto importante destacado por Miranda é que as principais causas do *crash* regional já eram prenunciáveis desde 1995/6, dada a rigidez dos regimes cambiais dos tigres e dos ASEAN-4, contrariamente à volatilidade da paridade iene-dólar – e os desequilíbrios financeiros e de balanço de pagamentos a eles associados. Quando em abril de 1995 a paridade iene-dólar atingiu o piso de 85 por 1, a estratégia econômica regional ficou seriamente comprometida, pois inviabilizava a manutenção dos regimes cambiais do sudeste asiático dadas as crescentes necessidades brutas de financiamento externo, requeridas para amortizar ou rolar dívidas e cobrir os déficits em transações correntes.

O problema surgiu com a desconfiança quanto à manutenção das paridades. Quando ela aumentou, diminuindo a credibilidade dos credores em relação ao *mix* monetário-cambial vigente, mudaram repentinamente as expectativas de rentabilidade prospectiva dos investimentos de *portfólio*, as saídas de capitais tornaram-se predominantes, os créditos de curto prazo deixaram de ser renovados e a fragilidade das moedas nacionais tomaram forma de um *credit crunch* regional.

Medeiros (1998) explicita mais claramente as mudanças que ocorreram entre 1995 e 1997 na dinâmica do crescimento regional asiático que resultaram numa maior fragilidade externa. Segundo o autor, com a nova paridade entre o dólar e o iene em 1995, com a parcial liberalização financeira e valorização cambial que se generalizou nos países da ASEAN-4 e na Coreia, interrompeu-se, em alguns países, a macroeconomia do desenvolvimento regional criada em 1985. No caso dos países do ASEAN-4 um aspecto central foi a redução do IDE japonês como componente do financiamento externo destas economias, além da expansão da concorrência chinesa.

A hipótese de Medeiros é que a exaustão do dinamismo dos investimentos e

do comércio regional está na base da fragilidade externa de alguns países asiáticos. Sobre este ponto, devem ser enfatizadas as mudanças na dinâmica do financiamento externo. E isto está diretamente relacionado à dinâmica da economia regional. Estes movimentos, diz o autor, foram fortemente acentuados a partir de 1995 em função da desvalorização do iene em relação ao dólar e da indexação das moedas regionais a esta última. Isto ocorreu por dois motivos. O primeiro foi a desvalorização do iene em relação ao dólar em 1995 e com a manutenção da paridade dos países da ASEAN-4 e da Coreia em relação ao dólar. O segundo motivo é devido ao avanço da China por conta da desvalorização do *yuane*.

Do ponto de vista da macroeconomia regional, o fenômeno que se ressalta na comparação com a década de 80 é a combinação, a partir de 1995, da expansão do superávit nos serviços de fatores do Japão com contração dos fluxos de saída do IDE; nos países da ASEAN-4 e na Coreia, evidencia-se a partir de 1995 até 1997, expansão do déficit nos serviços de fatores, redução da entrada de IDE e das exportações. Por sua vez, o endividamento externo e os investimentos de *portfólio* passaram a crescer a taxas elevadas no ASEAN-4 e na Coreia.

Medeiros conclui que a mudança de paridade entre o iene e o dólar interrompeu – pelo menos provisoriamente – a relação construída pelo Japão entre as variações em seu superávit na balança de transações correntes e a saída de investimentos diretos dirigidos aos países asiáticos.

Em síntese, de acordo com Medeiros a idéia que está por trás é o fato do conjunto das economias asiáticas adotarem o mesmo regime cambial baseado na indexação ao dólar. Um ponto fundamental a ser destacado é histórico: os países da ASEAN-4 mantiveram desde 1985 taxas de câmbio desvalorizadas em relação ao dólar. A valorização ocorrida a partir de 1995 é, portanto, uma ruptura com a experiência histórica. Tal valorização, a exceção da China, atingiu simultaneamente as principais moedas da região.

Os resultados dos problemas apontados pelos autores acima foi uma crescente fragilização das economias do leste asiático, que levou, no final das contas, às crises cambiais e financeiras de 1997. A Tailândia foi o primeiro país da região a sentir o baque, em julho de 1997. Na verdade, segundo Miranda (1998) as pressões baixistas no mercado de câmbio da Tailândia iniciaram-se em maio de 1997. Estas pressões levaram a saídas de divisas. Diz o autor que as autoridades monetárias, certas de que a desvalorização do *baht* era inevitável, numa tentativa de anteciparem-

se ao mercado, abandonaram o regime de câmbio fixo.

Na virada de 2 para 3 de julho do ano passado, permitiu a livre flutuação da sua moeda, o *baht*, numa tentativa de conter a saída de divisas do país. Não deu certo e, num só dia de julho, o *baht* perdeu quase 20% frente ao dólar americano. Em um ano, a desvalorização acumulada chegou a 40,6%, enquanto as ações negociadas na Bolsa de Bangcoc perderam, em média, 53% de seu valor de mercado.

Da Tailândia, a crise logo se espalhou pela Indonésia, Filipinas e Coréia do Sul, como efeito do comércio intra-regional. Cerca de 50% das exportações desses países são feitas na região, e seria impossível que a crise num país não contaminasse os demais. Essa dependência comercial serviu durante muitos anos para amenizar impactos gerados no resto do mundo, mas provou-se ineficaz no que diz respeito a choques internos. Os analistas dizem que o pior da crise ocorreu a partir de outubro, quando a poderosa Bolsa de Hong Kong começou a despencar.

A crise de confiança abateu-se sobre sistemas financeiros fragilizados, isto é, com empresas não-financeiras e intermediários financeiros carregados especulativamente com ativos de baixa liquidez vis-à-vis débitos de curto prazo. Além disto havia uma grande vulnerabilidade diante das desvalorizações cambiais dada a grande proporção do endividamento em dólar. A causa imediata da crise foi o descompasso patrimonial mostrado pelos países asiáticos.

1) Notas conclusivas: perspectivas de desenvolvimento para o Brasil e Ásia no período pós-crise

Antes de apresentar as perspectivas, convém primeiro apresentar as conseqüências das crises para as economias asiática e brasileira. As conseqüências da crise para a economia brasileira não foram tão graves, quando comparadas à Ásia. Isto quando se toma como base de comparação o ano subsequente às crises. Em 1999, o Brasil cresceu 0,8% do PIB, enquanto houve recessão na Ásia em 1998. A tabela abaixo aponta uma comparação do balanço de pagamentos do Brasil nos anos de 1998 e 99. Um ponto positivo em foi a redução dos capitais de curto prazo, o que diminui a instabilidade no mercado cambial. No entanto, um fator preocupante evidenciado na tabela abaixo é a grande parcela de amortizações, que até outubro de 1999 estava na ordem de US\$ 45 bilhões.

Tabela 6 – Balanço de Pagamentos (US\$ milhões)

	<i>1998</i>	<i>1999*</i>
USOS (despesas)	(67.218)	(64.552)
Transações correntes	(33.631)	(19.199)
Amortizações	(33.587)	(45.353)
FONTES (financiamentos)	59.248	60.227
Investimento estrangeiro	24.281	26.164
Direto	26.133	24.827
Portfólio	(1.851)	1.338
Investimento brasileiro	(3.398)	(993)
Emp. e financ. Longo prazo	62.374	33.852
Capitais de curto prazo	(27.333)	(4.438)
Outros capitais	3.324	5.642
Variação de reservas	7.970	4.325

Fonte: Boletim de Conjuntura, dezembro de 1999.

* Janeiro a outubro.

O fato que merece ser destacado é a evidência da fragilidade do balanço de pagamentos do Brasil, uma vez que é altamente dependente do financiamento externo. Isto, como já foi destacado neste trabalho, o modelo econômico adotado nos anos 90 provocou uma enorme vulnerabilidade externa. A resistência aos choques externos ficou cada vez mais baixa, fato evidenciado após as crises mexicana, asiática e russa. As taxas de juros e o nível de reservas foram negativamente afetados após estas crises como já foi destacado anteriormente.

Nesse sentido, apesar da estabilização dos preços dos últimos seis anos, o país tornou-se *crescentemente* dependente do exterior. Em outras palavras, a inserção externa decorrente do modelo adotado nos anos 90 é frágil. Diferentemente da Ásia, no Brasil grande parte do financiamento externo foi dirigido à formação de reservas, para a manutenção do regime cambial. Com efeito, ao invés de dirigir os recursos abundantes oriundos da *globalização* para alavancar a industrialização e a capacitação tecnológica, o Brasil direcionou-os à estabilização.

Cano (1999) apresenta, com correção, uma síntese do modelo em que o país apostou nos anos 90. O modelo incentiva a dependência, durante alguns anos, de fortes entradas de capitais para financiar o rombo da conta de transações correntes e das amortizações da dívida. No entanto, diz o professor, essa aposta padece de dois problemas sérios: a volatilidade de capitais, como já enfatizado, e o movimento cíclico dos países desenvolvidos. E conclui (p. 309): “Ou seja, é complicado apostar em algo o que não temos nenhum controle”.

Dada a exposição acima, pode-se traçar um futuro próximo não muito promissor para a economia brasileira. A alta vulnerabilidade externa de um lado não

tem sido enfrentada, basta ver a *ausência de um projeto de desenvolvimento nacional*. O livre mercado é a maior aposta. O atual governo tem apostado todas as fichas no modelo em vigor. A síntese do que este trabalho apresenta como perspectivas para o desenvolvimento brasileiro no futuro próximo é resumida na conclusão do trabalho de Coutinho (1999: 377): “(...) o Brasil se debate com uma economia sem rumo, desarticulada, deficitária, endividada, com o Estado debilitado e com uma profunda fragilização do empresariado nacional, tornando muito difícil a formulação de um projeto de desenvolvimento. Desenvolvimento, infelizmente, distante como uma miragem, pois será necessário, antes, reconstruir fundamentos para sustentá-lo”.

Na Ásia, os impactos da crise foram muito mais notórios que no Brasil. Basta ver a última coluna da tabela 6. A tabela aponta um quadro de recessão no ano subsequente ao da crise. Os países da ASEAN-4 foram mais afetados que os tigres, caindo em média, 9% do PIB em relação a 1997. Já os tigres caíram, em média, 1,8% do PIB em relação ao ano anterior, em boa medida ajudados pelo bom desempenho de Singapura e Taiwan. Porém, Coreia e Hong Kong foram bastante afetados.

Todavia, apesar dos impactos terem sido maiores, a recuperação foi muito mais rápida. Em agosto de 1999 o *The Economist* focou suas atenções na recuperação asiática (p. 11): “*The recovery, led by South Korea but being hotly followed in Thailand, Malaysia, Singapore and the Philippines, does look genuine and quite vigorous*”.

Esta recuperação ocorreu após a reestruturação financeira ocorrida após a crise cambial e financeira. Controles foram estabelecidos a fim de evitar a alta alavancagem e os endividamentos de curto prazo. O vigor da recuperação pode ser explicado pela robustez da estrutura produtiva montada no leste asiático. As medidas conjunturais foram importantes para contrabalançar os efeitos da crise, mas deve-se ressaltar a importância da absorção da tecnologia e da alta competitividade – aspectos estruturais – que permitiram a volta vigorosa do crescimento.

É certo que os países asiáticos, por conta do endividamento externo e dos problemas no balanço de pagamentos, são, assim como o Brasil, influenciados pelos condicionantes externos na busca do desenvolvimento. Mas a diferença está na economia regional ali formada e, principalmente, no Japão. A diferença foi a possibilidade de avançar a industrialização na direção de produtos e da tecnologia da terceira revolução industrial, dado o posicionamento do Japão. Isto permitiu, sem sombra de dúvidas, uma inserção externa muito mais sólida que a economia

brasileira.

É fato também que esta estratégia regional, como apontaram Medeiros e Miranda, sofreu uma séria crise em meados dos anos 90. A recuperação plena da economia regional dependerá da recuperação japonesa e das estratégias cambiais adotadas pelo países asiáticos. Isto ocorrendo, as perspectivas de desenvolvimento tornam-se bastante favoráveis num futuro próximo.

Enfim, o trabalho quis destacar que as mudanças ocorridas nas últimas duas décadas foram aproveitadas de forma diferente pelo Brasil e pela Ásia. O primeiro, utilizou os recursos externos abundantes para resolver o problema inflacionário crônico que assolava a economia há décadas. Ocorreu estabilização, de fato. Porém, ocorreu também uma estagnação (e em alguns casos retrocesso) na indústria, decorrentes da ausência de um plano de desenvolvimento e de uma política industrial. Ao mesmo tempo, além da fragilização industrial, o modelo seguido pelo Brasil o levou a uma crescente e acentuada vulnerabilidade externa, explicitada nas crises do México, da Ásia e da Rússia e consumada na crise cambial de Janeiro de 1999.

Urgem, então, políticas que, por um lado, desenvolvam a indústria nacional aumentando sua competitividade, de outro lado, políticas que gerem uma robustez na inserção externa, aumentando a capacidade do país de assimilar os recorrentes choques externos. O problema, no entanto, fica evidente quando se observa o desmantelamento do Estado e a sua conseqüente diminuição da capacidade de fazer política. Ao mesmo tempo, as fontes geradoras do financiamento externo (as mesmas que conceberam o *Consenso de Washington*) impedem qualquer possibilidade de se voltar ao padrão anterior ou muito menos que o Estado volte a ser o que era antes. O mercado é capaz de resolver todos os problemas.

Ásia trilhou um caminho diferente nos anos 80. Além de não ter problemas inflacionários nem nos fundamentos básicos de sua economia, a Ásia não teve o corte do financiamento externo nos anos 80 como o Brasil, assim como seus Estados não ‘quebraram’. Os países asiáticos aproveitaram os recursos externos para avançar no processo de industrialização, assimilando tecnologia do Japão, e desenvolvendo os laços inter-regionais. De fato passaram por uma crise financeira de largas proporções provocada pela alta alavancagem e o conseqüente descompasso patrimonial oriundo desta. Todavia, a indústria que foi desenvolvida nos últimos anos conferiu uma capacidade de recuperação muito grande no período pós-crise, o que permite vaticinar

um quadro positivo para o futuro próximo, que pode ser efetivado com a recuperação do Japão.

Bibliografia

AMSDEN, A. (1989). *Asia's Next Giant*. Oxford Univ. Press.

BARROS, J. R. M. & GOLDENSTEIN, L. (1997). Reestruturação Industrial: Três Anos de Debate. In VELLOSO (org.). *Brasil: Os Desafios de um País em Transformação*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

BIS (1998). 68TH Annual Report, Basle, Julho.

BOLETIM DE CONJUNTURA (1999), Rio de Janeiro, IE/UFRJ, vol. 19, n.º 4, dezembro.

CANO, W. (1999). América Latina: do Desenvolvimentismo ao Neoliberalismo. In: FIORI, J. L. (1999). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Rio de Janeiro, Vozes.

CASTRO, A. B. & SOUZA, F. E. P. (1985). *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CONCEIÇÃO TAVARES, M. (1972). Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

COUTINHO, L. (1997). A Especialização Regressiva: Um Balanço do Desempenho Industrial Pós-Estabilização. In: VELLOSO, J. P.R. *Brasil, Desafios de um País em Transformação*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

_____ (1999). Coréia do Sul e Brasil: Paralelos, Sucessos e Desastres. In: FIORI, J. L. (1999). *Op. cit.*

GONÇALVES, R. (1996). Globalização Financeira, Liberalização Cambial e Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira. In BAUMANN, R. (org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro, Campus.

_____ (1999). Maxidesvalorização, Vulnerabilidade Externa e Crise Brasileira. Porto Alegre, *Indicadores Econômicos FEE*.

HOFMAN, A. A. (1999). *Economic Growth and Performance in Latin America*

- Before and After the 'Lost Decade'.* CEPAL, mimeo.
- KREGEL, J. (1999). *Yes, "It" Did Happen Again – a Minsky Crises Happened in Asia*. Mimeo, 13 p.
- KRUGMAN, P. (1998). *What Happened to Asia?* MIT Department of Economics, January.
- LAPLANE, M. & SARTI, F. (1997). Investimento Direto Estrangeiro e Retomada do Crescimento Sustentado nos Anos 90. Campinas, *Economia e Sociedade*, vol. 8, Junho.
- MEDEIROS, C. A. (1997). Globalização e a Inserção Diferenciada da Ásia e da América Latina. In: CONCEIÇÃO TAVARES, M. & FIORI, J. L. (1997). *Poder e Dinheiro*. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1998). Raízes Estruturais da Crise Financeira Asiática e o Enquadramento da Coreia. Campinas, *Economia e Sociedade*, vol. 11, Dezembro.
- MEDEIROS, C. A. & SERRANO, F. (1999). Padrões Monetários Nacionais e Crescimento. In: FIORI, J. L. *op. cit.*
- MIRANDA, J. C. (1998). A Dinâmica Financeira da Crise Asiática. *Revista Política Externa*, Vol. 6, n.º 4, Março.
- PASTORE, A. C. & PINOTTI, M. C. (1999). Câmbio Flutuante, Inflação e Crescimento Econômico. In: VELLOSO, J. P. R. *A Crise Mundial e a Nova Agenda de Crescimento*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- PREBISCH, R. (1964). *A Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano*. Fundo de Cultura.
- SERRA, J. (1982). Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após Guerra. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, L. (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Brasiliense.
- SINGH, A. (1995). How did East Asia Grow so Fast? UNCTAD, *Discussion Papers*, n.º 97, February.
- THE ECONOMIST (1999). *Asia's Bounce-back*. August 21st.
- UNCTAD (1999). *Trade and Development Report*. Geneva, United Nations

Publication.

VELLOSO, R. (1999). Balanço da Situação das Contas Públicas. *In: Velloso, J. P. R. A Crise Mundial e a Nova Agenda de Crescimento*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

WADE, R. (1990). *Economic Theory and The Role of Government in East Asian Industrialization*. New Jersey, Princeton University Press.

WORLD BANK (1993). *East Asian Miracle*. New York, Oxford University Press.